

“Perfil de morbimortalidade feminina por agressão no Brasil, 2015 a 2019”

Flávia Yasmina Palma Nunes

Raquel Zanatta Coutinho

Bernardo Lanza Queiroz

Resumo:

Este trabalho investiga o perfil de morbimortalidade feminina por agressão relativo à idade reprodutiva e descreve os níveis anuais das taxas de mortalidade levando em consideração as Unidades Federativas, no período de 2015 a 2019 para o Brasil. A análise é de natureza descritiva. O perfil que prevalece entre as mulheres vítimas de violência é similar: são mulheres pretas ou pardas, escolarizadas até o Ensino Fundamental, solteiras e que foram vitimadas dentro do domicílio. Constata-se que as mulheres pretas e pardas assumem uma parcela relativamente maior das violências ocorridas em via pública.

Palavras-chave: violência contra a mulher, morbimortalidade por agressão, idade reprodutiva

Área: Demografia

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

Introdução

O Brasil compõe um grupo, formado principalmente por países latinos e da América Central, de altas taxas de mortalidade feminina por homicídios. No ano de 2012, sete países dentre dez com a maior taxa de homicídios de mulheres se encontravam na América Latina, incluindo o Brasil (JOSEPH, 2017). Nessa conjuntura, os estudos populacionais, no que se refere à mortalidade por agressão, enfocam majoritariamente os homens, uma vez que o evento é tido como fenômeno tipicamente masculino (DIAS JÚNIOR, 2007). Apesar disso, a mortalidade de mulheres por causas violentas, mesmo que menor em comparação aos homens, apresenta taxas consideráveis, principalmente no caso brasileiro, que, em 2015, ocupava o 5º lugar no ranking de taxas de homicídios femininos num grupo de 83 países com dados homogêneos (WAISELFISZ, 2015). No presente trabalho, intenta-se analisar o perfil das mulheres em idade reprodutiva vítimas de violência que vieram ou não a óbito, no quinquênio de 2015 a 2019, no Brasil.

A mortalidade masculina e a mortalidade feminina, notadamente por causas violentas, apresentam diferenças radicadas, principalmente, nos diferentes tipos de violência aos quais homens e mulheres são expostos. Mesmo com tais diferenças, o crescimento considerável da taxa de homicídio durante as décadas de 80 e 90 é comum a ambos, uma vez que a proporção de tais mortes entre homens e mulheres, historicamente, não mudou (WAISELFISZ, 2012). Quanto às notificações de violência (doméstica, sexual e/ou outras) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, no ano de 2014 para o Brasil, para as idades adultas, cerca de 71% dos atendimentos correspondiam às mulheres, sendo o principal autor da agressão o parceiro ou o ex-parceiro (WAISELFISZ, 2015).

Outro ponto a ser destacado é a desigualdade de gênero que compõe tal cenário e é um dos fatores que sustentam a violência contra as mulheres. O Brasil, no ano de 2021, em um ranking de 153 países, fica atrás de 92 nações em termos de igualdade de gênero, marcadamente com a persistência de lacunas de gênero concernentes ao Empoderamento Político e Participação Econômica e Oportunidade (WORLD ECONOMIC FORUM, 2021).

Apesar disso, no país, a violência contra a mulher tem recebido maior reconhecimento a partir de um processo de ampliação da proteção social, consequência de novas concepções da vida social que incluem à esfera pública relações que, antes, restringiam-se ao âmbito doméstico (CORTIZO; GOYENECHE, 2010). Isso se traduz também em ampliação no reconhecimento da violência de gênero. Além disso, há de se mencionar as mudanças significativas no que diz respeito ao gênero, principalmente no âmbito público com massiva entrada feminina no mercado de trabalho e expectativas quanto a configurações mais igualitárias no âmbito doméstico (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; MACHADO; COSTA RIBEIRO, 2021; MEDEIROS; PINHEIRO, 2018).

Tendo tudo isso em mente, faz-se importante compreendê-la a partir de fatores contextuais e individuais, uma vez que, no Brasil, sua magnitude é considerável e a mortalidade de mulheres em idade reprodutiva ainda se apresenta em proporção significativa (SOUZA, 2019). A exposição a esse tipo de violência configura uma violação dos direitos humanos, além de afetar negativamente de forma generalizada a saúde dessas mulheres. Ademais, tal tipo de violência configura um problema global, de modo que se faz imprescindível aprimorar cada vez mais o conhecimento acerca do tema que tem como expressão máxima uma mortalidade que se configura evitável. O intento

em abordar a temática sob a perspectiva proposta advém da importância de caracterizar as mulheres que são vítimas de violência não apenas letal, principalmente. O óbito por agressão contra uma mulher compõe uma totalidade de violências que são constituídas socialmente, o que justifica a relevância de um panorama que abranja também os demais tipos de violência, além da física.

Deste modo, dispõe-se com este trabalho investigar o perfil de morbimortalidade feminina por agressão relativo à idade reprodutiva e descrever os níveis anuais das taxas de mortalidade levando em consideração as Unidades Federativas, no período de 2015 a 2019, para o Brasil.

Revisão bibliográfica

De Souza e colegas (2012), ao analisarem a morbimortalidade por agressão no Brasil, de 1996 a 2007, notam que há uma progressão quanto à participação masculina em comparação à feminina em casos de violência, o que caracteriza uma evidência importante acerca da intensidade da violência sobre os sexos (SOUZA et al., 2012). Quanto às variáveis relativas ao perfil, De Moura et al. (2015) avaliam o risco de morrer conforme características sociodemográficas em 2010, tendo em vista a perspectiva relacional de gênero, e constatam que maior a escolaridade e união conjugal instável associavam maior risco de morte para as mulheres ao serem comparadas aos homens.

Além do que foi posto, os diferenciais regionais no que se refere à mortalidade de mulheres por agressão também são consideráveis (LEITE et al., 2017). Quanto aos aspectos econômicos também se observam desigualdades: estados em tercís com menos IDH e/ou em tercís com maior desigualdade (Índice de Gini) denotam as maiores taxas de mortalidade (LEITE et al., 2017).

Meneghel e Hirakata (2011) também observam que a mortalidade feminina por agressão se evidencia heterogênea no que se refere às regiões brasileiras. Além disso, tal mortalidade apresenta associação significativa com a mortalidade violenta masculina. Leites, Meneghel e Hirakata (2014) encontram resultado similar para o estado do Rio Grande do Sul. As autoras sugerem que tais violências apresentam uma relação intrínseca, sendo a mortalidade masculina por agressão um indicador de violência estrutural e a mortalidade feminina por agressão um indicador de violência de gênero.

Abordando especificamente a violência de gênero incidida sobre as mulheres que vieram a óbito por agressão, Barufaldi e colegas (2017) analisam tais eventos considerando a existência ou não de notificação prévia de violência no período de 2011 a 2016 para o Brasil. Encontrou-se que, para mulheres com notificação de violência, o risco de morte é maior em comparação com as demais. Além disso, o perfil de mulheres vítimas é constituído principalmente por mulheres de menor escolaridade e negras. Desse modo, os achados acusam sobretudo a vulnerabilidade que atravessa a realidade dessas mulheres (BARUFALDI et al., 2017).

Ainda sobre o perfil de mulheres, Monteiro, Romio e Drezett (2021) analisam o evento de morte por agressão para mulheres de dois grupos etários, 15 a 29 anos e 30 a 59 anos, para o período de 2016 a 2018, Brasil, e encontram resultados alarmantes para mulheres pardas, que apresentam taxas significativamente maiores comparadas às de mulheres

brancas. Para o primeiro grupo, a maior taxa é referente às idades de 30 a 59 anos, com um nível de 12,5 mulheres vítimas de violência letal intencional para 100.000 mulheres. Além disso, o instrumento usado também se diferencia, uma vez que em homicídios de mulheres não-brancas é mais comum o uso de armas de fogo e, em mulheres brancas, o estrangulamento foi o meio mais aplicado (MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021). O uso de armas de fogo como o principal meio é também um resultado atestado em vários estudos (BARROS et al., 2021; BARUFALDI et al., 2017; SILVA et al., 2013).

Quanto às idades, um estudo abrangendo o período de 1980 a 2014 para o contexto brasileiro apresenta que, após um ajuste de modelos de idade-período-coorte, as mulheres mais jovens apresentam maior risco de morrer em comparação com as mulheres mais velhas, sendo que o pico é atingido no grupo etário de 30 a 35 anos. Outro achado diz respeito às coortes de nascimento mais jovens, cujas taxas e risco de morte aumentaram expressivamente (SOUZA et al., 2017). As autoras observam que o resultado coincidiu com a progressão da urbanização, que aconteceu de forma acelerada e mal planejada. Dessa forma, desigualdades sociais persistentes possibilitariam conflitos e violências, sendo uma delas a de gênero. Além disso, maior vulnerabilidade social pode propiciar a preponderância do narcotráfico e o crime organizado, aumentando, assim, a violência estrutural (SOUZA et al., 2017).

O perfil de mulheres vítimas de violência não necessariamente letal é bastante similar ao perfil de mulheres que vieram a óbito por agressão. Em sua maioria são mulheres negras e jovens. Além disso, em 2013, mais da metade das agressões aconteceram em suas residências e quase 40% teve como autor o cônjuge ou ex-cônjuge, sendo força corporal e/ou espancamento os principais meios pelos quais mulheres sofrem a violência (ENGEL, 2020). Engel (2020) afirma que, de acordo com o VIVA/Sinan, 37,3% dos casos mencionados configuravam violência de repetição, indicando que parte das mulheres se encontravam em relacionamentos caracteristicamente violentos. Resultados próximos foram encontrados para 2014 (WAISELFISZ, 2015).

Considerando os dados de 1996 a 2013, denota-se uma diferença na distribuição do local do fato ocorrido em termos de raça/cor (ENGEL, 2020). Em relação às mulheres brancas, o percentual de óbitos em domicílio é maior do que em via pública, enquanto que a afirmativa pra mulheres negras é inversa. A autora afirma que a violência urbana é insuficiente para explicar a escalada das taxas de homicídios de mulheres. Deste modo, a violência urbana não consegue abarcar o fenômeno, por mais explique parte do aumento dos óbitos por agressão principalmente de mulheres negras.

Sendo assim, Engel (2020) reflete sobre raça/cor como um marcador que acentua a vulnerabilidade submetida às mulheres que morreram por agressão, tanto em contextos privados quanto fora das residências, tendo como alçóz conhecidos ou desconhecidos (ENGEL, 2020). A autora, então, pontua a violência urbana e estrutural, que, para além dos efeitos já conhecidos como a mortalidade por homicídios em via pública principalmente, também pode agravar a violência doméstica que vitimiza muitas mulheres. Para além do que foi pontuado, há evidências na literatura da melhoria nos índices de violência entre mulheres não-negras na última década, ao mesmo tempo em que se observa um agravamento da violência letal das mulheres negras (IPEA; FBSP, 2019)

No que tange à relação entre agressões letais e mortalidade materna, a mesma foi, primeiramente, investigada nos Estados Unidos da América. Alguns estudos apontaram o homicídio como principal causa de morte associada à gravidez, com um deles assinalando diferenças consideráveis entre mulheres brancas e negras (CHANG et al.,

2005; HO et al., 2002). De acordo com Campbell et al. (2021), certos trabalhos circunscritos a alguns estados do país encontram resultados importantes que atestam o dobro do risco de homicídio para mulheres grávidas ou grávidas há pouco tempo quando comparadas a mulheres não-grávidas. Semahegn e Mengistie (2015) encontraram um número significativo de mulheres sofreram violência durante a gravidez para o caso da Etiópia, além de estar significativamente associada ao uso de álcool. Deste modo, os estudos atestam a relevância de abordar a interseção da violência e da saúde materna, uma vez que o período de gravidez e pós-parto são momentos vulneráveis.

Conclui-se, dessa forma que os estudos acerca de violência contra as mulheres que enfocam principalmente o Brasil apontam um perfil similar para as violências que tiveram o óbito como fim e aquelas que não necessariamente tiveram: mulheres negras e jovens (BARUFALDI et al., 2017; ENGEL, 2020; MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021). Tais evidências, então, têm pontuado a realidade vulnerável nas quais essas mulheres estão inseridas.

Dados e metodologia

A fim de realizar o objetivo proposto, faz-se uso do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) como fontes principais dos dados intentados. Além destes, também são empregadas as estimativas preliminares da população residente elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE.

Há de se ressaltar que o registro de informações de violências, que são analisadas neste trabalho, pelo Sinan ocorre por meio da vigilância contínua de determinados eventos em serviços referência no que diz respeito a situações de violência. Por ser um sistema relativamente novo e em expansão, estima-se um número considerável de violências que são desconhecidas, tanto por falta de notificação quanto pela possibilidade de não chegarem a demandar atendimento nos serviços de saúde (BARBOSA DA SILVA JR et al., 2013). Nesse sentido, o uso de dados tem recomendação pautada no objetivo de conhecer as características dos eventos notificados e fundamentar a elaboração de políticas públicas além de conhecer a magnitude e a gravidade das violências (BARBOSA DA SILVA JR et al., 2013).

A análise enfoca mulheres de 10 a 49 anos, cujo óbito ou evento violento aconteceu no Brasil entre os anos de 2015 e 2019.

As informações de mortalidade correspondem aos óbitos por agressão relativos aos códigos X85-Y09 do CID-10. A classificação inclui as mortes por homicídio e lesões infligidas por outra(s) pessoa(s), empregando qualquer meio, tendo a intenção de lesar, ferir ou de matar¹. Em relação às informações de violências não necessariamente letais, os dados abrangem eventos violentos que não tiveram a indicação de ter iniciativa autoprovocada.

A decisão acerca do recorte temporal busca contemplar os anos de melhor qualidade de dados para ambas as bases. Entendendo, principalmente, que o Sinan não é um sistema

¹ http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/x85_y09.htm

longevo como o SIM e que passou por mudanças importantes no período recente, a escolha foi feita pelos últimos anos para os quais se tinha informação. Além disso, por se tratar de uma análise de corte transversal e de eventos caracterizados, relativamente, por pouca incidência, os dados abrangem um quinquênio.

A análise é de natureza descritiva, com a aplicação de distribuições de frequência e taxas de mortalidade padronizadas.

Resultados e discussão

Inicialmente, analisa-se as taxas de mortalidade por agressão por ano e por Unidade Federativa (gráfico 1). Nota-se que o estado de São Paulo apresenta as menores medidas em todos os anos do quinquênio. Além deste, Santa Catarina, Piauí e Minas Gerais denotam as taxas mais inferiores. Já as maiores taxas correspondem ao Ceará, Pará e ao Acre. Ainda, o Ceará teve a maior medida do ano de 2018, em contraponto ao ano de 2016. Em 2019, o estado do Acre se despontou como a UF com a maior taxa de mortalidade.

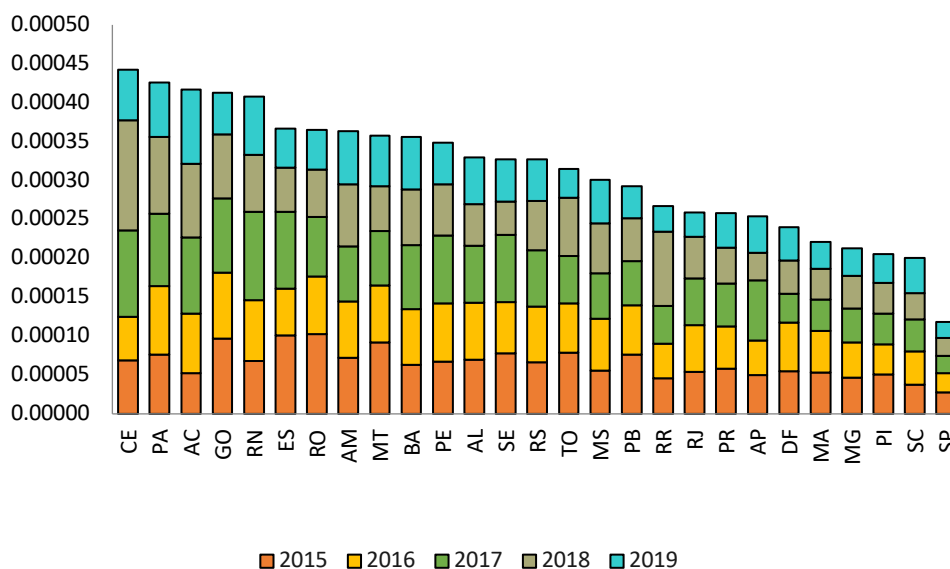


Gráfico 1- Taxas de mortalidade feminina padronizadas, à idade fértil (n = 17.329). Fonte: Datasus/TABNET – Estatísticas vitais – SIM & Estimativas preliminares da população residente- Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE.

Em seguida, observa-se a distribuição das variáveis enfocadas para os casos de violência que aconteceram entre 2015 e 2019 e tiveram como vítima mulheres em idade reprodutiva (tabela 1). Em sua maioria, são mulheres pardas (46,28%), solteiras (55,12%), que completaram até o Fundamental I (quarta série completa ou antigo 1º grau) (31,08%), que foram agredidas no domicílio (68,66%) e que não estava grávida (86,90%). Quanto à violência notificada, a principal motivação apontada, após a categoria genérica que engloba as demais violências não-listadas “Outras”, foi “Sexismo” (24,65%), o sexo do provável autor do ato tem maioria indicado como masculino (80,87%) e a violência repetida é pontuada em 51,3% dos casos notificados que tiveram a informação contabilizada para a variável.

Apesar de a maior parte compor o grupo de mulheres pardas, as mulheres brancas apresentam uma fração próxima a este grupo, com 41,75% dos casos. No que se refere ao estado civil, as mulheres casadas são o segundo maior grupo contabilizado, com 37,32%. Vale ressaltar, dessa forma, que estes dois grupos constituem mais de 92% das informações válidas para o quesito, sendo as mulheres separadas/divorciadas apenas 6,96% e viúvas 0,6%. Com relação ao ensino superior, pelo menos 9,6% das respostas válidas haviam afirmado ter, pelo menos, iniciado o nível de ensino em questão.

Tabela 1 – Distribuição em número absoluto e percentual, Sinan, 2015 a 2019, violências contra mulheres à idade fértil (n = 636.483). Fonte: Datasus/TABWIN– Sinan.

Variável	Categorias	N	%
Raça	Amarela	4.660	0,82
	Branca	237.298	41,75
	Indígena	5.563	0,98
	Parda	263.065	46,28
	Preta	57.797	10,17
Estado Civil	Casada	194.457	37,32
	Separada	36.267	6,96
	Solteira	287.206	55,12
	Viúva	3.109	0,60
Escolaridade	Sem escolaridade	33.263	7,90
	Fundamental I	130.851	31,08
	Fundamental II	115.596	27,46
	Médio	101.951	24,22
	Superior incompleto	18.939	4,50
	Superior completo	19.218	4,56
Local de ocorrência	Bar	15.619	2,80
	Domicílio	383.584	68,66
	Escola	9.334	1,67
	Outros	46.419	8,31
	Via pública	103.715	18,56
Estado gestacional	Na gravidez	51.500	11,17
	Não estava grávida	400.823	86,90
Violência recorrente	Não	239.965	48,70
	Sim	252.741	51,30
Motivação	Conflito geracional	59.699	13,85
	Não se aplica	88.310	20,49
	Outra	162.757	37,76
	Racismo	472	0,11
	Sexismo	106.249	24,65
	Situação de rua	13.495	3,13
Sexo do(a) provável autor(a)	Ambos os sexos	25.018	4,39
	Feminino	83.975	14,74
	Masculino	460.658	80,87

Além das variáveis categóricas elencadas, é possível analisar o perfil etário das mulheres circunscritas na investigação no gráfico 2. A idade média é de 27 anos e a mediana é de 26. Nota-se que se trata de um grupo caracteristicamente jovem, com as vítimas com uma média de idade jovem, em decorrência das notificações estarem mais concentradas em se tratando de mulheres na primeira metade do período reprodutivo. Para além, a idade com o maior número de notificações é a de 11 anos e com menor número é a de 49 anos.

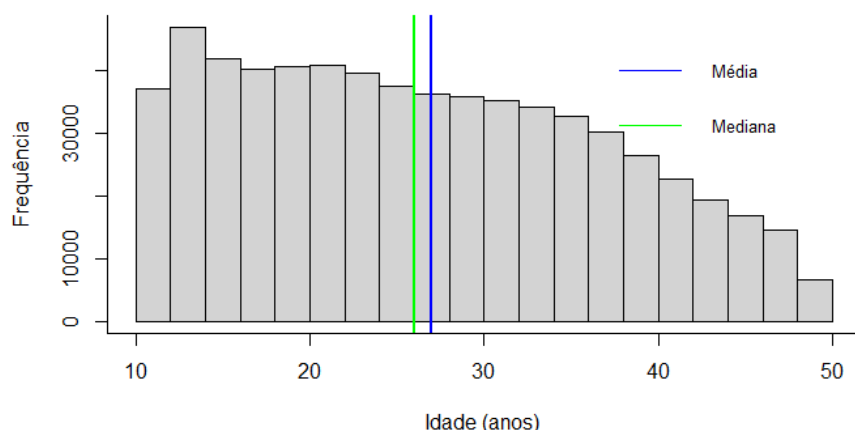


Gráfico 2 - Histograma, média e mediana da variável idade, Sinan, 2015 a 2019, violências contra mulheres à idade fértil (n = 636.483). Fonte: Datasus/TABWIN– Sinan.

A seguir são apresentadas as distribuições concernentes à mortalidade por agressão que vitimou mulheres em idade reprodutiva entre os anos de 2015 e 2019, na tabela 2. Nota-se que a maioria dos sujeitos são mulheres pardas (63,04%), solteiras (77,07%), com o Ensino Fundamental II completo, cujo evento ocorreu em via pública (32,77%). Além disso, 3,13% das mulheres para as quais se tinha informação estavam grávidas.

Tabela 2 - Distribuição em número absoluto e percentual, SIM, 2015 a 2019, óbitos de mulheres à idade fértil (n = 17.329). Fonte: Datasus/TABNET – Estatísticas vitais – SIM.

Variável	Categorias	N	%
Raça	Amarela	29	0,17
	Branca	4.937	29,18
	Indígena	78	0,46
	Parda	10.664	63,04
	Preta	1.209	7,15
Estado Civil	Casado	1.780	11,11
	Separado judicialmente	572	3,57
	Solteiro	12.348	77,07
	União consensual	1.164	7,27
	Viúvo	157	0,98
Escolaridade	Sem escolaridade	327	2,38
	Fundamental I	2.995	21,83
	Fundamental II	6.213	45,29
	Médio	3.323	24,22
	Superior incompleto	337	2,46
	Superior completo	523	3,81
Local de ocorrência	Domicílio	4.655	27,00
	Hospital	3.423	19,86
	Outro estabelecimento de saúde	333	1,93
	Outros	3.178	18,44
	Via pública	5.649	32,77
Estado gestacional	Nenhum	10.739	94,30

Na gravidez	356	3,13
Após o parto	275	2,41
No abortamento	1	0,01
No parto	17	0,15

Destaca-se a porcentagem de 70,19% de mulheres pardas ou negras. Tal resultado vai de encontro com a distribuição da mesma variável para os casos de violências letais ou não, que, apesar de contar com maioria preta e parda, não apresenta parcela tão superior. Enquanto os dados de violência apresentam uma diferença menor que 15% entre a proporção de mulheres pretas e pardas e mulheres nas demais categorias, os resultados referentes à mortalidade pontuam uma diferença acentuadamente maior, conferindo mais de 40%. Outro resultado discordante diz respeito à informação do local de ocorrência do evento. Nos casos registrados como óbito por agressão, como foi dito, apesar de ter uma porcentagem próxima à categoria de Domicílio, a maior parcela aconteceu em via pública, enquanto que as violências não necessariamente letais que aconteceram na residência denotam uma diferença na porcentagem superior a 50% em relação a via pública, segunda categoria com maior proporção.

Quanto à idade, é possível observar a distribuição de frequências da variável de idade no momento do evento em estudo (gráfico 3). Tanto a média quanto a mediana correspondem a 29 anos. Nota-se que, as menores frequências estão nos extremos do intervalo reprodutivo: aos 1º anos e aos 49 anos, sendo 20 a idade mais frequente.

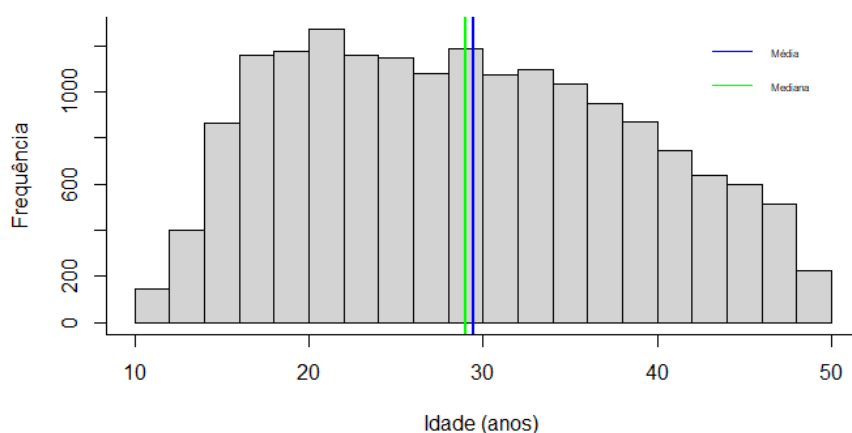


Gráfico 3 - Histograma, média e mediana da variável idade, SIM, 2015 a 2019, óbitos de mulheres à idade fértil (n = 17.329). Fonte: Datasus/TABNET – Estatísticas vitais – SIM.

Deste modo, os casos de óbitos dizem respeito a um perfil de sujeitos menos rejuvenescido em comparação ao perfil concernente aos agravos, que é marcado por um contingente considerável nas primeiras idades do período reprodutivo.

A fim de investigar especificamente os quesitos acerca do local em que o evento ocorreu e de raça/cor, as duas variáveis destoantes das duas bases de dados, é possível verificar os resultados do cruzamento de ambas nas tabelas 3 (SIM) e 4 (Sinan), além de analisar a variável de localidade do evento em relação à variável de violência reincidente.

Na tabela 3 pode-se observar que que a maior parte das violências não necessariamente letais que aconteceram em cada estabelecimento não foram pontuadas como recorrente, com exceção da categoria de domicílio. Tal categoria ocupa a maior proporção do banco de dados e cerca de 60,1% dos dados válidos apontaram ser uma violência recorrente.

Tabela 3 - Distribuição percentual do cruzamento das variáveis de violência recorrente e Local de ocorrência, Sinan, 2015 a 2019, violências contra mulheres à idade fértil (n = 636.483). Fonte: Datasus/TABWIN– Sinan.

	Bar	Domicílio	Escola	Outros	Via pública
Não	69,5%	39,9%	67,9%	64,1%	68,3%
Sim	30,6%	60,1%	32,2%	35,9%	31,7%

Os óbitos de mulheres pardas, pretas e amarelas têm as maiores porcentagens (34,6%, 30,8% e 44,8%, respectivamente) atinentes à via pública como localidade em que ocorreu o evento (tabela 4). As mulheres brancas, por sua vez, apresentam maior incidência em domicílios (31,1% e 31,2%, respectivamente). Por último, o local de maior percentual referente às mulheres indígenas se refere à categoria de “Outros”.

Tabela 4 - Distribuição percentual do cruzamento das variáveis Raça/cor e Local de ocorrência, SIM, 2015 a 2019, óbitos de mulheres à idade fértil (n = 17.329). Fonte: Datasus/TABNET – Estatísticas vitais – SIM.

	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Domicílio	31,0%	31,1%	31,2%	25,6%	24,0%
Hospital	13,8%	19,3%	14,3%	20,0%	22,6%
Outro estabelecimento de saúde	0,0%	2,0%	0,0%	1,9%	2,1%
Outros	10,3%	18,9%	37,7%	17,9%	20,6%
Via pública	44,8%	28,7%	16,9%	34,6%	30,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto aos agravos (tabela 5), para todas as categorias raça/cor, o evento violento ocorreu majoritariamente no domicílio, principalmente para as mulheres indígenas que pontuaram o maior percentual (74,8%). Outro resultado que merece menção compreende os percentuais relativos à categoria de Via pública: as violências envolvendo mulheres negras e pardas expressaram as maiores parcelas (19,7% e 19,4%, respectivamente) em comparação às demais.

Tabela 5 - Distribuição percentual do cruzamento das variáveis Raça/cor e Local de ocorrência, Sinan, 2015 a 2019, violências contra mulheres à idade fértil (n = 636.483). Fonte: Datasus/TABWIN– Sinan.

	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Bar	3,1%	2,8%	1,9%	2,9%	2,9%
Domicílio	69,2%	68,9%	74,8%	68,5%	68,8%
Escola	1,5%	1,9%	1,1%	1,5%	1,3%
Outros	8,5%	9,1%	8,2%	7,7%	7,4%
Via pública	17,7%	17,3%	14,0%	19,4%	19,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Os resultados apresentados conformam os achados similares discutidos por Engel (2020) para a mortalidade de mulheres por agressão no que diz respeito à relação entre as variáveis de raça/cor e local de ocorrência: a experiência do óbito para mulheres brancas acontece em maior proporção no domicílio, enquanto que, para as mulheres pretas e pardas, a maior parte ocorre em dia via pública; as violências seguidas por óbito ou não

em via pública também apresentam maior proporção para as mulheres pretas e pardas em relação às mulheres brancas.

Como já foi dito, a violência urbana pode não ser suficiente para explicar até mesmo os eventos que acontecem além do domicílio, entretanto, os resultados servem como ponto de partida para se discutir raça/cor como um marcador que acentua a vulnerabilidade dessas mulheres.

Os achados corroboram, então, as proposições na literatura acerca da diferenciação ao tratar de violência não apenas no que diz respeito ao gênero, entendendo que as diferenças entre homens e mulheres e sua interseção com o tema demandam análises também diferentes, mas também com relação a outros fatores que afetam desigualmente mulheres, como raça/cor.

Conclusão

As violências e óbitos por agressão estudados dizem respeito a mulheres à idade fértil com diversos atravessamentos. Como já foi discutido, caracterizar estas mulheres constitui um passo importante na compreensão dos fenômenos abrangidos neste trabalho que têm como cerne a violência incidida sobre elas.

Mesmo com algumas dissonâncias, o perfil que prevalece entre as mulheres vítimas de violência é similar: são mulheres pretas ou pardas, escolarizadas até o Ensino Fundamental, solteiras e que foram vitimadas dentro do domicílio. Ainda, quanto às violências que não necessariamente tiveram como fim o óbito, a maior parte se trata de um evento recorrente. Além disso, constata-se diferenças nas distribuições das categorias de raça no que diz respeito à variável de Local de ocorrência, sendo que as mulheres pretas e pardas assumem uma parcela relativamente maior das violências ocorridas em via pública.

Por fim, a proposta de investigação do cenário recente de tal violência no país busca compor o campo de pesquisa de modo a esclarecer e delimitar pontos que precisam de atenção de modo a contribuir com o conhecimento acerca da mortalidade de mulheres em idade reprodutiva e das violências incididas sobre tal grupo. Tais justificativas integram um cenário maior de elaboração de estratégias a fim de enfrentar um problema que é de saúde pública.

Revisão Bibliográfica

BARBOSA DA SILVA JR, Jarbas et al. Vigilância de violência doméstica, sexual e/ou outras violências: Viva/Sinan – Brasil, 2011. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde, v. 44, p. 1–12, 2013.

BARROS, Sheyla Carvalho De et al. Spatial analysis of female intentional homicides. *Revista da Escola de Enfermagem*, v. 55, p. 1–9, 2021.

BARUFALDI, Laura Augusta et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2929–2938, 2017.

CAMPBELL, Jacquelyn et al. Pregnancy-Associated Deaths from Homicide, Suicide, and Drug Overdose: Review of Research and the Intersection with Intimate Partner Violence. *Journal of Women's Health*, v. 30, n. 2, p. 236–244, 2021.

CHANG, Jeani et al. Homicide: A leading cause of injury deaths among pregnant and postpartum women in the United States, 1991-1999. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 3, p. 471–477, 2005.

CORTIZO, María del Carmen; GOYENECHE, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1, p. 102–109, jun. 2010.

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. Quanto se ganha, em anos de vida, na ausência da mortalidade por causas externas e homicídios? Uma análise de 5 regiões metropolitanas do Brasil. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, p. 150–154, 2007.

ENGEL, Cíntia Liara. A Violência contra a mulher. . [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>>. Acesso em: 25 out. 2021.

GOLDSCHIEDER, Frances; BERNHARDT, Eva; LAPPEGÅRD, Trude. The Gender Revolution: A Framework for Understanding Changing Family and Demographic Behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 2, p. 207–239, 1 jun. 2015.

HO, Eleanor M. et al. Maternal death at an inner-city hospital, 1949-2000. 2002, [S.l.]: *Am J Obstet Gynecol*, 2002. p. 1213–1216.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2019. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

JOSEPH, Janice. Victims of femicide in Latin America: Legal and criminal justice responses. *Temida*, v. 20, n. 1, p. 3–21, 2017.

LEITE, Franciele Marabotti Costa et al. Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2971–2978, 1 set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/csc/a/JV3D5PbN759q348rcQjNgzL/?lang=pt>>. Acesso em: 25 out. 2021.

LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Noemi. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 17, n. 3, p. 642–653, 2014.

MACHADO, Weverthon; COSTA RIBEIRO, Carlos. The association between spouses' earnings and trends in income inequality in Brazil (1993–2015). *Advances in Life Course Research*, v. 49, 1 set. 2021.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 159–185, 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18356>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: Homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saude Publica*, v. 45, n. 3, p. 564–574, 2011.

MONTEIRO, Mario Francisco Giani; ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; DREZETT, Jefferson. Is there race/color differential on femicide in Brazil? The inequality of mortality rates for violent causes among white and black women. *Journal of Human Growth and Development*, v. 31, n. 2, p. 358–366, 2021.

MOURA, Erly Catarina De et al. Gender inequalities in external cause mortality in Brazil, 2010. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 20, n. 3, p. 9–18, 2015.

SEMAHEGN, Agumasie; MENGISTIE, Bezatu. Domestic violence against women and associated factors in Ethiopia; systematic review. *Reproductive health*, v. 12, n. 1, 2015.

SOUZA, Ana Mayara Gomes De. Avaliação da mortalidade de mulheres em idade fértil vítimas de violência. 2019. 102 f. 2019. Disponível em: <www.posgraduacao.ufrn.br/ppgscol>.

SOUZA, Edinilsa Ramos De et al. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2949–2962, 2017.

SOUZA, Edinilsa Ramos De et al. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: Expressão dos diferenciais de gênero. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 17, n. 12, p. 3243–3248, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report The analysis presented in the Global Gender Gap Report 2021. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global/>>. Acesso em: 19 abr. 2022.